

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CPD AO PROJETO DE LEI Nº
1.320, DE 2025**

Institui o Programa de Apoio ao Surfe Desportivo e Paradesportivo (Pró-Surfe), no âmbito do Poder Executivo, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo, conforme regulamento, o Programa de Apoio ao Surfe Desportivo e Paradesportivo (Pró-Surfe), com a finalidade de promover, divulgar e incentivar a prática do surfe nas cidades litorâneas.

Parágrafo Único. O Programa de Apoio ao Surfe Desportivo e Paradesportivo (PróSurfe), objeto desta Lei, terá por foco promover, divulgar e incentivar a prática do surfe nas cidades litorâneas, abrangendo o público infantil, infanto-juvenil, adulto e terceira idade, para a preparação de futuros atletas e da prática amadora.

Art. 2º Para fins desta Lei, considera-se:

I - Atividade de surfe: prática desportiva do surfe efetuada na superfície da água sobre uma prancha;

II - Atividade de parasurf: prática paradesportiva do surfe que é adaptada para permitir que a pessoa com deficiência pratique a modalidade em todas as suas categorias, modalidades e manifestações.

Art. 3º São diretrizes do Programa de Apoio ao Surfe Desportivo e Paradesportivo (PróSurfe):

I – disponibilizar serviços de assistência regular e contínua na prática desportiva e paradesportiva, por meio da oferta de cursos regulares, voltados ao público infantil, infanto-juvenil, adulto e terceira idade;



II – preparar atletas para competições de nível local, regional, nacional e internacional;

III – fomentar e difundir a prática regular do surfe e parasurf, inclusive ao público amador;

IV – estabelecer atuação intersetorial quando necessário;

V – fortalecer a articulação entre Saúde e Educação, orientando profissionais de educação, tanto no âmbito escolar quanto comunitário, de modo a garantir suporte e inclusão do público objeto deste Programa;

VI – promover a articulação com outros órgãos e políticas públicas, a fim de:

a) informar as famílias sobre direitos, garantias e benefícios legais disponíveis;

b) assegurar o acesso e a inclusão aos serviços públicos existentes, estimulando e facilitando a interlocução com programas de assistência social, previdência e outras modalidades de apoio;

c) disponibilizar, na forma da lei, documentos e relatórios necessários para a obtenção de benefícios e demais encaminhamentos.

VII – fomentar a rede econômica, comercial e profissional envolvida na prática do surfe e parasurf;

VIII – promover centros de treinamento e estudo sobre a modalidade, estimulando a capacitação física e intelectual;

IX – promover a integração local, regional, nacional e internacional entre os praticantes do surfe e parasurf, nas modalidades olímpicas e paraolímpicas, inclusive promovendo a inclusão dos não-praticantes e amadores;

X – constituir grupo de trabalho de modo a diagnosticar as estratégias e formas mais eficazes de atuar na promoção e incentivo da modalidade;



XI – constituir grupos de trabalho para obtenção de apoio e financiamento esportivo, bem como para a aquisição regular de materiais desportivos e paradesportivos;

XII – instituir parcerias e convênios com instituições públicas e privadas, no sentido de estabelecer parcerias comuns aos objetivos estabelecidos neste Programa;

XIII – promover a inclusão social.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará, coordenará e supervisionará o Programa de Apoio ao Surfe Desportivo e Paradesportivo (Pró-Surfe).

Art. 5º O regulamento deverá dispor sobre:

I – recursos técnicos, materiais e humanos necessários;

II – promoção de parcerias, visando à formação e capacitação permanente dos profissionais envolvidos;

III – indicadores e instrumentos de avaliação contínua, de modo a permitir ajustes e aperfeiçoamentos na execução das ações previstas nesta Lei;

IV – transparência por meio de publicidade anual, em linguagem acessível, de relatórios e estatísticas a respeito do público atendido, esclarecendo as ações que concretamente foram desenvolvidas e seu impacto social;

V – avaliação, periodicamente, a implementação do programa a que se refere esta Lei, estabelecendo metas para a sua universalização no âmbito do Poder Executivo;

VI – promoção de articulação do Programa de Apoio ao Surfe Desportivo e Paradesportivo (Pró-Surfe) com a Lei de Incentivo ao Esporte, de forma a propiciar inclusão e acessibilidade nas praias brasileiras;



VII – garantia da efetiva e contínua inclusão da pessoa com deficiência e da pessoa idosa, bem como a sua participação em todas as atividades previstas neste Programa;

Art. 6º O Programa instituído por esta Lei poderá ser financiado por emendas parlamentares, incentivos estatais, parcerias público-privadas, bem como convênios, não sendo vedadas outras fontes igualmente previstas em lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 23 de setembro de 2025.

Deputado **DUARTE JR.**

Presidente

